



O papel da experiência na filosofia de John Dewey

Nicholas Gabriel Minotti Lopes Ferreira¹

Resumo: Neste artigo, analisamos o conceito de *experiência* tal como apresenta John Dewey, em especial nos livros *Human nature and conduct* (1922) e *Experience and nature* (1929). Pode-se dizer que experiência na filosofia deweyana é um fluxo de exploração e interação em conjunto com a *Natureza*. Paralelamente acompanharemos as críticas de Dewey às doutrinas *transcendentes/metafísicas* (em especial as de Descartes) que negligenciam a interação meio/agente. Tais doutrinas, por mais coesas que possam ser, não trazem respostas satisfatórias para dificuldades do cotidiano. Problemas da cognição e as tomadas de decisões, por exemplo, mudarão do escopo transcendental para o naturalista.

Palavras-chave: Experiência. Natureza. Interação.

Abstract: In this paper we analyze the concept of *experience* as presented by John Dewey, specially in the books *Human nature and conduct* (1922) and *Experience and nature* (1929). In Dewey's philosophy, experience is a flux of exploration and interaction with *Nature*. In parallel we will follow Dewey's critics to transcendental/metaphysical doctrines (specially Descartes one) which neglect mean/agent interaction. Such doctrines, despite they are cohesive, they do not bring satisfactory answers for daily difficulties. Cognition problems and decisions taken, for example, will change from transcendental to the naturalistic scope.

Keywords: Experience. Nature. Interaction.

1- Introdução

O tipo de abordagem que será feita sobre o conceito de *experiência* difere das demais que se fundamentam em leis *transcendentais* e *metafísicas*, pois permite avaliar o papel da experiência no plano da ação de um agente. Esta mudança de visão, por assim dizer, surge da necessidade de uma resposta mais satisfatória aos problemas que emergem da interação mente/corpo. Sendo assim, a pergunta que melhor resume este trabalho é: *O que é experiência?*

Certas escolas filosóficas ignoram a relação experiência/conhecimento desvalorizando o papel da experiência nas ações cotidianas. Em contrapartida, extrapolam a fronteira do mundo físico, recorrendo a respostas em um plano além do físico para explicar a dinâmica da ação de um agente no plano físico. Defensores destas escolas filosóficas elaboram um conjunto de leis universais ou relegam a explicação da interação mente/corpo a uma entidade supra-sensível que engendraria as ações. Por este

¹Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP – Marília. Bolsista PIBIC/CnNPq. Orientadora: Mariana Claudia Broens. Email: nicholasgmlf@hotmail.com.



caminho, fica complicada a tarefa de examinar as ações do plano *comum*; ações práticas do cotidiano ficariam desconexas das tentativas de explicações elaboradas por teorias filosóficas transcendentais. Uma das dificuldades encontradas nesta proposta explicativa entre leis ou entidades metafísicas reguladoras das ações resulta na dicotomia entre *agente* e *substância pensante* criando uma segregação do agente no plano de suas ações.

Dentro de uma visão naturalista – esta mesma visão é adotada pelo filósofo John Dewey – a experiência toma um papel importante nas ações de um agente orientando, modificando e interferindo nas ações humanas. Assim, a experiência não é uma fonte de *sensações enganosas* que operam como barreiras a serem superadas através de uma razão ou atividade puramente intelectual. Na proposta deweyana a experiência não tem começo nem fim apresentando-se como um todo, um fluxo apreendido através de nossos sentidos em um movimento de estabelecer e expandir certos padrões nas ações.

2- Um pouco da experiência cartesiana

Um ponto comum e importante para começar nossa investigação é discorrer sobre a teoria cartesiana acerca da experiência. O objetivo não é detalhar qual a função da mesma em Descartes devido a dois motivos. O primeiro é que há diversos artigos escritos sobre este tema no mesmo autor e não é o caso de aumentar a lista. O segundo é que a própria experiência não opera fundamentalmente na cognição de um sujeito dentro da filosofia cartesiana. Mas ao discutir o conceito de experiência na filosofia deweyana, é útil adotar Descartes como referência para melhor compreender as críticas dirigidas à dicotomia corpo/mente. Assim, a proposta é examinar com poucas palavras o que Descartes propôs a respeito da natureza da experiência e porque esta estaria subordinada a alma. Apesar de fazer injustiça pressupor cobrir toda a extensão de seu pensamento em tão poucas linhas, será necessário retomar alguns aspectos de sua tese acerca da cognição com vistas a evidenciar as diferenças entre a proposta cartesiana e deweyana.

Descartes é um dos principais expoentes das teses dualistas em especial, no que se refere à natureza do conhecimento. Como observam Broens, Andrade e Pilan (2008, *italico nosso*): “A tradição racionalista estabeleceu na História da Filosofia Ocidental uma sólida tradição ontológica dualista de que a doutrina da distinção substancial entre



mente e corpo *proposta por Descartes é um dos seus principais exemplos*”.

Esse dualismo entre o corpo e mente, tem como uma de suas principais implicações dividir os processos cognitivos em dois: a experiência sensível que está suscetível a erros ou ilusões por um lado, e o pensamento racional através do qual é possível conhecer com clareza e distinção, de outro.

Para isso, há um método que consiste em rejeitar por completo tudo aquilo que se apresenta como duvidoso, por menor que seja a margem de dúvida. Qualquer ínfimo traço de incerteza, erro e ilusão sobre algo que julgamos saber ou conhecer compromete na totalidade a estrutura do processo de aquisição do conhecimento. Mas o que é que se apresenta como duvidoso? Para Descartes os dados dos sentidos são duvidosos e pouco confiáveis porque eles nos levam a errar frequentemente; sabemos que um avião no céu não tem a mesma dimensão quando em pouso, ou confundir uma música pela outra, por exemplo. Assim, adotar a dúvida radical, isto é, considerar o duvidoso como metodologicamente equivalente ao falso, se revela como a opção coerente para descartar o conhecimento fornecido pela experiência.

Para preencher a lacuna deixada pelos sentidos, Descartes propõe a busca por um “ponto fixo” onde ele poderá fundamentar um caminho para um conhecimento seguro e confiável. Este caminho é conhecido por *dúvida metódica*, que compreende a rejeição de tudo o que apresenta o menor traço de erro na busca por um ponto *fixo* e indubitável.

Depois do rigoroso processo da dúvida proposto por Descartes através do qual ele rechaça todos os dados dos sentidos, sua argumentação prossegue tentando alcançar um conhecimento que não possa ser colocado em dúvida. Se então não é prudente optar pela via da experiência corporal, o objetivo arquitetado por Descartes será alcançado por uma via além do plano físico, uma via *transcendente*. Esta segunda via – a da mente – acaba por ser responsável pelos critérios cognitivos seguro, confiáveis. O “ponto fixo” de que não se pode duvidar é o da existência de um *eu* (mente) capaz de pensar com clareza e distinção.

Esse raciocínio demonstra, no entender de Descartes, a real possibilidade de existir algo indubitável e simultaneamente sugere existir uma substância (mente ou alma) responsável pelo refino do conhecimento. E esta substância – mais especificamente a *res cogitans* – pode tomar o lugar de única fonte de conhecimento excluindo qualquer possibilidade de concordância ou participação do corpo. E por que



exclui o corpo? É ele quem, na visão cartesiana, nos apresenta as sensações que nos enganam induzindo-nos ao equívoco (1973, p. 93-94):

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

E explicando essa passagem de Descartes, Broens, Andrade & Pilan (2008, p. 26) observam:

Este argumento [o do erro dos sentidos] coloca sob a ação da dúvida metódica o conjunto de nossa experiência cotidiana porque a interação perceptual com o mundo em que ela se sustenta não é infalível, isto é, não permite que elaboremos um conhecimento que esteja acima de qualquer suspeita de falsidade.

Segundo os trechos acima, fica claro que a proposta cartesiana sobre a natureza do conhecimento pressupõe um dualismo segundo o qual o conhecimento real e verdadeiro é acessível somente através da *res cogitans*/mente. O corpo apenas é uma fonte de equívoco, um veículo para os conhecimentos enganosos da experiência e que em hipótese alguma devem ser estimados. Mas não nos é sensato duvidar da boa vontade de Descartes ao expor esta concepção dualista. O que na verdade ele queria é, como ele próprio disse, procurar um ponto fixo que fosse imune a todo tipo de dúvida, e com isto, fundamentar um autêntico e verdadeiro conhecimento. Em outros termos, uma ciência ideal fundamentada em tudo que não pode gerar dúvida alguma. Assim o filósofo prossegue (DESCARTES, 1973, p 93):

E, para isso [o trabalho de rejeitar as cosas que possuem o menor traço de dúvida], não é necessário que examine cada uma em particular o que seria um trabalho infinito; mas visto, que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício, dedicar-me-ei inicialmente aos princípios sobre os quais todas as minhas antigas opiniões estavam apoiadas.

Segundo a citação acima, essa separação entre alma e corpo e seus correlatos – conhecimento e experiência – permite uma certeza na produção do conhecimento que não poderia ser fornecida caso ele fosse obtido pelos sentidos corpóreos. Resumindo, apenas o trabalho reflexivo da mente pode ser a via para uma firme e metódica



prospecção de verdades que embasam uma ciência segura e confiável.

3- A noção deweyana de experiência

Nesta seção será explicada sumariamente a proposta deweyana sobre o conceito de experiência, sem evidentemente esgotá-la. Como pano de fundo, cabe enunciar a seguinte pergunta: o que é experiência?

Em primeiro lugar, o conceito de experiência em geral, está intimamente relacionado com o conjunto dos sentidos (tato, audição, paladar, visão, olfato) e que estes, por sua vez, interagem com a cognição de um agente. Para Dewey, este conceito vai um pouco mais além, colaborando com a instauração ou manutenção de hábitos². Experiência, nesta perspectiva, passa a ter relevância nas atividades de um agente no *plano da ação cotidiana*.

Mas a idéia de que a experiência é relevante no agir nem sempre foi bem aceita; foi visto na seção anterior que esta noção foi alvo de críticas contundentes, tais como as de Descartes. Quando mencionada, a experiência desempenha seu papel de modo discreto até mesmo em sua interação com a *Natureza*. Dewey retrata esta situação ao iniciar sua exposição sobre o conceito de experiência em seu livro *Experience and nature* (1929 p. 1a, tradução nossa):

Para muitos, a associação das duas palavras vai parecer que se fala de um quadrado redondo de tão profunda que é a noção de separação do homem e experiência com a natureza. Experiência, dizem eles, é importante para os seres que a tem, mas é tão casual e esporádica em sua ocorrência para carregar consigo qualquer implicação importante acerca da natureza da Natureza.³

A tomada de posição na filosofia assumida por Dewey, no aspecto da construção conceitual de *experiência*, pode ser apresentada como (1929, p 1a) “[...] naturalismo empírico, empiricismo naturalista, ou, considerando 'experiência' no seu significado usual, humanismo naturalista.”⁴ Esta posição naturalista por si mesma já nos rende

² Não é nossa pretensão discutir o conceito de hábito neste momento.

³ To many the associating of the two words will seem like talking of a round square, so engrained is the notion of the separation of man and experience from nature. Experience, they say, is important for those being who have it, but is too casual and sporadic in its occurrence to carry with it any important implications regarding the nature of Nature.

⁴ [...] empirical naturalism or naturalistic empiricism, or, taking “experience” in its usual signification,



discussão em torno do que se entende por naturalismo, porém vamos nos atentar à sua implicação na noção de experiência em Dewey e no que difere das demais teorias. Como explicado na seção anterior, ela será a contraposição às doutrinas transcendentais acerca da *experiência*.

As contribuições filosóficas acerca da relação entre *natureza* e *experiência* têm levado, na visão de Dewey a separar ambos os conceitos. Nesta linha de raciocínio, experiência nos afasta da natureza criando um obstáculo a ser superado de forma *transcendental*.

Neste sentido, Dewey quer contestar tal proposta metafísica da relação entre natureza e experiência. Para ele (1929), tais conceitos – o de natureza e experiência – merecem um respaldo maior, sendo que ambos os conceitos não serão concebidos como inimigos ou invasores. Experiência é a ferramenta para os seres humanos adentrarem e examinarem continuamente a natureza; não é uma singela observação à distância dos objetos da natureza, mas sim uma forma de nos aproximar a ela, sentindo-a por completo.

A crítica que Dewey tece acerca das propostas metafísicas sobre a noção de experiência, questiona os filósofos contestadores do papel da experiência; tais filósofos ignoram o fato de que trabalham com *palavras* destituídas de contexto histórico e significativo. Desta forma, arquitetam um trabalho penoso de compreensão dos princípios adotados para a análise da experiência. Em outros termos, esvaziam o conteúdo conceitual de *experiência* e de *natureza* tornando-as improfícuas ao campo filosófico, enquanto que em outras áreas ou nas ciências em geral, ocorre exatamente o inverso. Nelas, a experiência é uma condição *sine qua non* tanto para seus métodos quanto seus resultados. Analisemos o exemplo oferecido por Dewey acerca das ciências naturais. Aqui o filósofo mostra que a interação experiência/natureza é fundamental para as teorias científicas, suas práticas e seus resultados. Nestes tipos de ciências, a experiência é muito bem-vinda e, sem ela, não se pode afirmar que uma teoria ou prática é, de fato, científica. Assim, conforme Dewey (1929, p. 2a, tradução nossa):

Nas ciências naturais há uma união entre experiência e natureza que não é acolhida como monstruosidade; pelo contrário, o pesquisador deve usar o método empírico em suas descobertas para que sejam tratadas como genuinamente científicas. O investigador assume como procedimento padrão que a experiência, controlada de maneira



específica, é a avenida que direciona aos fatos e leis da natureza.⁵

Dewey ainda prossegue examinando mais profundamente a natureza da experiência. Há coisas em comum que são fontes de experiência para *todos* os seres humanos e não apenas para os cientistas, ainda que estes tenham objetivos e critérios para análise distinta do homem leigo.⁶ Desta forma, além de servir como base aos métodos propostos para as ciências, a experiência permite uma compreensão da natureza extraindo de seus planos mais profundos suas características ainda não reveladas, nas palavras de Dewey (1929, p.2a-3a, tradução nossa):

Estes lugares comuns assumem um significado quando a relação da experiência para a formação de uma teoria filosófica da natureza está em questão. Eles indicam que a experiência, se a inquirição científica se justifica, não é uma camada fina⁷ ou o primeiro camada da natureza, mas *penetra* nela, alcançando em sua profundidade, de tal modo que seus domínios são capazes de expansão; cava túneis por todas as direções e, ao fazer, traz à tona coisas que antes estavam escondidas – assim como os mineiros emergem à superfície tesouros do subsolo.⁸

Ainda nesta linha argumentativa, o filósofo demonstra um outro exemplo ainda mais detalhado. A geologia, ciência da terra, trabalha com períodos de tempo excessivamente grandes que em princípio, parece impossível conceber a experiência como ferramenta de estudo. No entanto, uma observação atenta de determinadas coisas podem ser experienciadas hoje, tal como a interação da água, fogo, pressão na formação estrutural da terra; junto delas, dados da astronomia complementam dados que fornecem aos geólogos informações relevantes para suas teorias. Assim, se um geólogo coleta uma pedra, analisa e diz que ela pertence a uma determinada era, não se trata de uma tentativa ou uma suposição vaga. Há uma coleta e comparações de dados observáveis –

⁵ In the natural sciences there is a union of experience and nature which is not greeted as a monstrosity; on the contrary, the inquirer must use empirical method if his findings are to be treated as genuinely scientific. The investigator assumes as a matter of course that experience, controlled in specifiable ways, is the avenue that leads to the facts and laws of nature.

⁶ Leigo aqui tem sentido de não comprometido com as ciências de um modo abrangente, excluindo desta forma, qualquer vínculo com a ignorância ou hierarquia de saber.

⁷ Do inglês, *thin layer*. Traduzimos por fina camada por entendermos que seja a tradução mais próxima do que o autor quis dizer.

⁸ These commonplaces take on significance when the relation of experience to the formation of a philosophic theory of nature is in question. They indicate that experience, if scientific is justified, is no infinitesimally thin layer or foreground of nature, but that it penetrates into it, reaching down its depths, and in such a way that its grasp is capable of expansion; it tunnels in all directions and in so doing brings to the surface things at first hidden – as miners pile high on the surface of the earth treasures brought from below.



as ações da água, fogo, temperatura, ambiente e etc. – no mundo inteiro que, organizados, indica ao cientista uma determinada era. Assim, o geólogo no seu trabalho (1929 p 4a. Tradução nossa) “Ele traduz, isto é, observa co-existências em não-observadas conseqüências inferidas”⁹, ao final, (1929, p 4a. Tradução Nossa) “ele data seu objeto, colocando-o em ordem dos eventos.”¹⁰

Ora, estes elementos que constituem a experiência – como as pedras, plantas, objetos, calor, seqüência de acontecimentos e etc. – interagem umas com as outras e não somente fazem parte da experiência como *são* a experiência (1929, p. 4a, tradução nossa): “Coisas interagindo de certas formas *são* a experiência; elas são aquilo que é experienciado.”¹¹ Por conseqüência, nosso autor conclui que há uma propriedade que podemos extrair do conceito de experiência. Ao realizar a exploração da natureza, atingindo em profundidade seus limites, a experiência se amplia indefinidamente sendo assim, *elástica*; sua elasticidade constitui as *inferências*. Portanto, Dewey ressalta (1929, p. 4a-1, tradução nossa): “A experiência assim percorre o fundo para dentro da natureza; ela tem profundidade. E também possui abrangência para uma indefinida extensão elástica. Estende-se. Esta extensão constitui em inferência.”¹² Um exemplo bem singelo que podemos apresentar é o da criança que começa a *sentir* o mundo ao redor. Cada objeto, som, textura, etc., apresentam-se como um todo sem começo nem fim, mas um fluxo que é apreendido através de nossos sentidos em um movimento de estabelecer e expandir certos padrões em suas ações.

Ao tecer estas linhas gerais sobre o conceito de experiência em John Dewey, foi evidenciada sua contribuição para o modo de operar conceitos na filosofia. Foi explorada a noção de experiência e sua aplicabilidade no campo das ciências em geral, não havendo, pois, grandes problemas estendê-la à filosofia. Se uma experiência é elástica, com fronteiras indefinidas, não há erro inferir que as experiências estão vinculadas e dependentes de outras em uma 'teia' de relações imersas em um contexto. É neste contexto que Dewey propõe que voltemos a atenção; a relação causal das ações refletidas em um meio pode ser um caminho para orientar as ações de maneira geral. Sendo assim, a alma ficaria obsoleta e sem papel a desempenhar na constituição cognitiva de um agente sendo desnecessária para o refinamento da experiência: ela

⁹ He translates, that is, observed coexistences into non-observed, inferred sequences.

¹⁰ Finally he dates his object, placing it in an order of events.

¹¹ Things interacting in certain ways *are* experience; they are what is experienced.

¹² Experience thus reaches down into nature; it has depth. It also has breadth and to an indefinitely elastic extent. It Stretches. That stretch constitutes inference.



própria é responsável por se desenvolver e aprimorar.

4- Considerações finais

Muitas das tentativas de análise da experiência pelo viés transcendental, não lograram devido êxito por não responderem o *como* é possível a interação entre uma substância imaterial com a material. Mesmo Descartes que, ao propor que esta interação ocorreria por intermédio da *glândula pineal*, deixou a seguinte lacuna: como a alma ou a substância pensante (imaterial) interage com esta glândula (material)?

Convém salientar que este debate sobre a interação mente/corpo (ou simplesmente substâncias material e imaterial) é anterior ao próprio Descartes. Aristóteles, por exemplo, questiona no livro *De anima* este viés interpretativo de interação matéria/não-matéria. Em suas críticas, ele estava atento a esta possível ligação das diversas almas ou de uma única alma com o corpo (2001, 411b5, itálico nosso):

Alguns filósofos afirmam que a alma se encontra dividida em partes, pensando com uma parte enquanto deseja com a outra. Neste caso, em que poderá, então, consistir aquilo que mantém a alma unida, se, de facto, é ela realmente formada por partes? *Certamente o corpo não o poderá ser* já que, pelo contrário, parece ser a alma a reunir o corpo no seu todo, dissolvendo-se e decompondo-se o corpo indiscriminadamente quando a alma dele se aparta.

É bem verdade que Aristóteles estava dialogando com diversas correntes filosóficas sobre a alma; igualmente verdade que questionou a interação entre as supostas partes da alma: como interagem a alma desiderativa e a racional (como queria Platão), por exemplo? Ao que parece, estamos desde Aristóteles neste impasse. Mesmo que se mude o nome de alma para mente, substância pensante, intelecto, etc., o problema da interação entre o plano físico e o não físico persiste. Para realçar esse problema, Teixeira traduz a dicotomia entre alma/corpo desta forma (2000, p. 30, itálico do autor): “Ora, se o espírito e corpo são radicalmente diferentes, isto é, se o espírito é imaterial, como ele poderia interagir *causalmente* com o corpo?”

Por isso, John Dewey propõe uma alternativa razoável para o problema; a experiência agora é intrinsecamente vinculada com a cognição e as ações efetuadas. Esta parece ser a grande contribuição naturalista nos debates atualmente; a interação mente/corpo cede espaço para a interação agente/meio permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas cognitivas. O problema da interação entre duas substâncias



distintas é, então, substituído por uma atenção voltada ao dinamismo da experiência de um agente e o progresso de seu conhecimento.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Metafísica. Ética a nicômaco. Poética. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *Da alma* (De anima). Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2001.
- DESCARTES, R. *Meditações*. Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. As paixões da alma. Cartas. Tradução de J. Guinsberg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. *Experience and nature*. London: George Allen & Unwin ltd., 1929.
- _____. *Human nature and conduct*. An introduction to social psychology. New York: The Modern Library, 1922.
- TEIXEIRA, J. F. *Mente, cérebro e cognição*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.